



**UNILEÃO – CENTRO UNIVERSITÁRIO DR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

GUSTAVO PEREIRA NUNES DE ALENCAR

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E INCLUSIVA NA
EDUCAÇÃO FÍSICA**

**JUAZEIRO DO NORTE
2024**



**UNILEÃO – CENTRO UNIVERSITÁRIO DR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

GUSTAVO PEREIRA NUNES DE ALENCAR

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E INCLUSIVA NA
EDUCAÇÃO FÍSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em Educação Física
do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio,
Revisão Bibliográfica.

Orientador: Prof. Me. Ricardo Pereira Lemos

JUAZEIRO DO NORTE
2024

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (Campus Saúde), como requisito para obtenção de nota para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientador: Prof. Me. Ricardo Pereira Lemos

Aprovada em 26 de junho de 2024

BANCA EXAMINADORA

Profº Me. RICARDO PEREIRA LEMOS
Orientador

Profº Me. JOSÉ DE CALDAS SIMÕES NETO
Avaliador

Profº Me. JOSÉ EDSON FERREIRA DA COSTA
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha mãe, Josilene Pereira, por todo o amor, apoio e incentivo ao longo desta jornada acadêmica. Sua dedicação e encorajamento foram fundamentais para que eu alcançasse esse momento tão importante em minha vida.

Ao meu orientador, Ricardo Lemos, minha gratidão por sua orientação, conhecimento e orientações valiosas ao longo deste processo. Seu comprometimento em me ajudar a crescer academicamente e aprimorar este trabalho foi fundamental para o seu sucesso.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Gustavo Pereira Nunes de Alencar
Ricardo Pereira Lemos

RESUMO

O presente artigo aborda a questão da educação antirracista e inclusiva dentro da Educação Física. Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 estabelecem a igualdade de condições no acesso e permanência na escola, promovendo um espaço inclusivo e igualitário. A Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos currículos escolares, incentivando metodologias antirracistas. Esse estudo tem por objetivo analisar e trazer reflexões sobre a importância da educação antirracista na Educação Física. Trata-se de uma revisão biográfica do tipo narrativa. Estudos evidenciam a importância da Educação Física como ferramenta na promoção de metodologias trazendo reflexões e transformações. Concluiu-se que os estudos e autores analisados apresentam perspectivas importantes na formação e transformação social por meio da educação antirracista.

Palavras – chave: Educação Física. Educação antirracista. Lei nº 10.639/2003.

ABSTRACT

This article addresses the issue of anti-racist and inclusive education within Physical Education. The 1988 Constitution and the 1996 National Education Guidelines and Bases Law (LDB) establish equal conditions in access and permanence at school, promoting an inclusive and egalitarian space. Law No. 10,639/2003 made the inclusion of Afro-Brazilian and Indigenous History and Culture mandatory in school curricula, encouraging anti-racist methodologies. This study aims to analyze and reflect on the importance of anti-racist education in Physical Education. This is a biographical review of the narrative type. Studies highlight the importance of Physical Education as a tool in promoting methodologies bringing reflections and transformations. It is concluded that the studies and authors developed present important perspectives in social formation and transformation through anti-racist education.

Keywords: Physical Education. Anti-racist education. Law nº. 10,639/2003.

INTRODUÇÃO

As questões étnico-raciais no ambiente escolar é um desafio, segundo Almeida (2018 p. 25) o racismo “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam”

A constituição de 1988 em seu artigo 206, estabelece a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988). Em alinhamento a isso a Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), Lei n.º 9.394/1996 (Brasil, 1996), tem o papel de promover um espaço inclusivo e igualitário, buscando formas de combater preconceitos e estereótipos.

Diante disso a Lei n.º 10.639/2003 (Brasil, 2003), que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, dando espaço para a implementação de metodologias antirracistas, as quais tem por objetivo combater preconceitos e estereótipos de qualquer natureza bem como do combate às desigualdades e discriminação de minorias étnicas e raciais.

Aos docentes da rede ensino cabe um papel muito importante na promoção de uma educação antirracista e inclusiva, a partir de uma percepção mais elaborada é possível a compreensão e elaboração de metodologias e didáticas voltadas as questões étnico-raciais. Perante a lei n.º 11.645/2008 (Brasil, 2008) em relação à Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003) é a ampliação do escopo da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Segundo Gadotti (1997) o respeito é fundamental na formação de cidadãos responsáveis e empáticos. Nas aulas de Educação Física, os alunos aprendem a valorizar as habilidades e características únicas de cada indivíduo, respeitando as diferenças pessoais. No entanto, é essencial investigar a eficácia das práticas pedagógicas antirracistas na Educação Física para orientar políticas e práticas educacionais mais eficazes

De acordo com Freire (2005 p.21), “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressores-oprimidos”. Fazendo assim a Educação Física importante

caráter socializador no desenvolvimento de novas metodologias e práticas que venham a promover uma educação mais inclusiva e igualitária.

Perante isso as novas diretrizes estabelecidas pela BNCC (Brasil, 2017) determinam o papel da Educação Física no Ensino Médio, desenvolver indivíduos capazes de apreciar, criar e modificar a cultura corporal de movimento, ao tomar e sustentar decisões éticas, conscientes e reflexivas sobre o papel das práticas corporais em seu projeto de vida e na sociedade. Essa abordagem educacional engloba uma variedade de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas visando promover a igualdade racial e erradicar a discriminação e a opressão, tanto ao nível individual quanto institucional.

Essas reformas englobam uma análise do currículo oculto, termo esse citado por Apple (1982a, p. 125 seg.), que se refere às influências que impactam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores, e do currículo formal, que se refere ao conjunto de diretrizes curriculares, objetivos e conteúdos estabelecidos pelos sistemas de ensino para as diversas áreas ou disciplinas de estudo.

Dada a possibilidade de ser uma fonte de compreensões longitudinais e da possibilidade de servir de base para futuros estudos, é de extrema importância não só aos docentes de Educação Física, mas, como também as demais áreas da educação. Assim sendo, surge a seguinte questão norteadora: Qual a importância da educação antirracista na Educação Física e quais são as barreiras e desafios encontrados pelos docentes em sua aplicação?

Os objetivos desse trabalho foram: (a) analisar a importância da educação antirracista na Educação Física, e (b) desenvolver uma reflexão sobre sua importância.

REVISÃO DA LITERATURA

Educação antirracista

Conforme Ferreira (2012) a estrutura social do nosso país inclui desigualdades econômicas, sociais, raciais, de gênero e de orientação sexual. Assim, viver e receber educação no Brasil, sob uma perspectiva democrática, implica, na esfera educacional, em compreender que desde a educação infantil até o ensino superior, lida-se com um histórico de opressões e violências que afetam de forma mais intensa determinados grupos sociais e étnico-raciais. Em uma democracia plena, todos devem ter acesso aos direitos civis, sociais, políticos, humanos e econômicos, independentemente de sua raça/cor ou diferenças. Se isto ocorrer, indica que ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar a emancipação, igualdade e equidade no projeto democrático que a sociedade brasileira está desenvolvendo.

É essencial ter em mente que combater o racismo é uma obrigação antes de qualquer definição. A educação antirracista é contemplada em importantes documentos oficiais brasileiros, tais como o Plano Nacional de Educação (PNE), a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes Bases (LDB).

Segundo Ferreira (2012) a educação antirracista é aquela que se empenha em combater ativamente qualquer forma de racismo na escola e na comunidade, reconhecendo e valorizando as diversas contribuições passadas e presentes de africanos e afro-brasileiros em todas as áreas do conhecimento humano, tanto no Brasil quanto no mundo.

A educação é um importante pilar, por ser a partir de tal ponto que se inicia a valorização e reconhecimento de culturas diferentes, necessidade de superar atos discriminatórios, de reconhecer a condição de opressor e oprimido, assim a transformação e desenvolvimento crítico do educador e do educando, de acordo com Freire (2005, p. 21): “só através da práxis autêntica que nas ações e reflexão, é possível fazê-lo”.

Ainda na visão de Freire (2005, p. 21): “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressores-oprimidos”. Sendo esse um dos grandes desafios

enfrentados pela educação, onde só se torna válido quando se é utilizado como forma de intervenção e transformação da atual e futura realidade.

Conforme Ferreira (2012) o objetivo da educação antirracista é combater o racismo na escola e na sociedade, promovendo uma abordagem de ensino que destaque a história e a influência dos povos africanos e afro-brasileiros na formação do país. Apesar de ainda não ser realidade em muitas escolas, o ensino antirracista está garantido pela Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira.

Perante isso as novas diretrizes estabelecidas pela BNCC (Brasil, 2017) determinam o papel da Educação Física no Ensino Médio, desenvolver indivíduos capazes de apreciar, criar e modificar a cultura corporal de movimento, ao tomar e sustentar decisões éticas, conscientes e reflexivas sobre o papel das práticas corporais em seu projeto de vida e na sociedade. Essa abordagem educacional engloba uma variedade de estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas visando promover a igualdade racial e erradicar a discriminação e a opressão, tanto ao nível individual quanto institucional.

Essas reformas englobam uma análise do currículo oculto, termo esse citado por Apple (1982a, p. 125 seg.), que se refere às influências que impactam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores, e do currículo formal, que se refere ao conjunto de diretrizes curriculares, objetivos e conteúdos estabelecidos pelos sistemas de ensino para as diversas áreas ou disciplinas de estudo.

A escola apresenta a necessidade de uma educação libertadora, capaz de romper com as estruturas opressoras, incluindo o racismo. Segundo Morais (2019) “Considerando seu caráter socializador, a escola torna-se uma instituição fundamental no mecanismo de descolonização de grupos racializados”. Tendo assim em vista a alta relevância da promoção de uma educação antirracista se grandes projetos começaram a ganhar visibilidade, segundo Ripper (2023) a PIA–Primeira Infância Antirracista, a qual consiste numa campanha de comunicação a qual oferece conscientização sobre como combater práticas racistas desde a primeira infância. Possibilitando assim, superar problemas crônicos da sociedade, como o racismo estrutural, desigualdades de gênero e outras formas de opressão

Contudo, a educação sendo um dos pilares-base para o desenvolvimento de uma sociedade, segundo Pérez-Gómez (1998, p. 24) a conquista da igualdade de oportunidades não é um objetivo facilmente alcançável pela escola. O desafio

educacional da instituição contemporânea consiste, em certa medida, em mitigar os impactos da desigualdade e capacitar cada indivíduo para enfrentar e se posicionar no cenário social, proporcionando-lhes as melhores condições possíveis.

É importante lembrar que, no Brasil, em 2003, foi estabelecida a Lei n.º 10.639, que modificou a LDB e tornou obrigatória a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo da rede de ensino. Segundo Gomes (2011) em 2008, a Lei n.º 11.645/2008 (Brasil, 2008) estabeleceu a obrigação de incluir o estudo da cultura dos povos indígenas como parte do currículo escolar. Este momento foi visto como um avanço na educação antirracista; no entanto, ainda há muito a ser feito para que isto seja uma realidade na sociedade brasileira.

De acordo com Ferreira (2012, p.06) “a educação antirracista ultrapassa um interesse na cultura e na diferença, e implica um ativo desafio para os pressupostos negativos e tratamento desigual, seja por pares ou professores”. Isto mostra que apesar do reconhecimento da beleza e da diversidade cultural, étnica e racial, ainda não foi possível superar as desigualdades enraizadas desde a era colonial. Por mais de 300 anos, a escravidão no Brasil, a exploração brutal e o subsequente abandono da comunidade negra, juntamente com o genocídio dos povos indígenas e a estruturação da sociedade em classes, têm sido barreiras que dificultam o completo exercício da cidadania. Mesmo em períodos de maior democracia, falha-se como nação em enfrentar o racismo diretamente. Apesar de ser um avanço importante na construção da democracia, a criminalização do racismo como crime inafiançável e imprescritível não foi o bastante para dismantelar a estrutura racista. A ordem legal ainda não conseguiu eliminar o problema.

De acordo com Cavalleiro (2001) uma das barreiras para a concretização desse projeto é a existência do racismo enraizado em nossas instituições e interações sociais. Identificamos o racismo estrutural como um processo político e histórico de longa duração que estabelece e perpetua as condições para a naturalização e justificação da subordinação e exclusão de grupos racialmente identificados. Assim que é compreendido, o racismo estrutural se estabelece e se enraíza nas estruturas, na cultura, nas mentalidades, nos comportamentos e nas ações por meio do mito da democracia racial, da ideologia do branqueamento e da desigualdade de classes e de gênero.

Educação Física Antirracista: Cultura e identidade

A Educação Física desempenha um papel fundamental na formação integral dos estudantes, mas muitas vezes reproduz estereótipos e exclusões. Moraes e Santos (2019) indicam a importância de uma abordagem educacional que fortaleça a identidade de jovens negros, mediante atividades que visem desmontar imagens potencialmente negativas que alunos afrodescendentes possam ter sobre si em relação ao mundo. Portanto, compreendemos que as aulas de Educação Física proporcionarão ao aluno a oportunidade de se expressar através do corpo e adquirir um maior conhecimento sobre si, especialmente em relação ao seu próprio corpo, “A Educação Física é uma disciplina que trata, pedagogicamente, na escola, do conhecimento de uma área denominada aqui de cultura corporal” (Soares et al.,1992, p.41). Assim, nas instituições educacionais, as aulas de Educação Física têm o potencial de se tornarem um ambiente privilegiado para os estudantes poderem explorar e compreender a cultura africana e afro-brasileira por meio de práticas emancipadoras, possibilitando uma ressignificação de suas identidades.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) também determina que a disciplina de Educação Física no Ensino Médio deve aprofundar e ampliar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental. Isso implica na criação de oportunidades para os estudantes poderem compreender as inter-relações entre as representações e os saberes relacionados às práticas corporais, estabelecendo um diálogo constante com o patrimônio cultural e as diversas esferas/campos de atividade humana. A orientação mencionada trata a relevância da Educação Física na cultura corporal do movimento, proporcionando oportunidades para abordagens interdisciplinares que enalteçam a cultura de maneira abrangente.

Em uma abordagem mais particular, por meio da habilidade 5, a BNCC estabelece que, no Ensino Médio, é esperado que o estudante.

Compreender os processos de produção e negociação de sentidos nas práticas corporais, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade (Brasil, 2017 p. 490).

Para o jovem adquirir essa competência de maneira eficaz, é essencial que ele compreenda de forma aprofundada e sistemática o seu desenvolvimento, “cada conjunto de práticas corporais (jogos e brincadeiras, danças, lutas, ginásticas, esportes e atividades corporais de aventura) apresenta especificidades de produção

da linguagem corporal e de valores e sentidos atribuídos às suas práticas.” (Brasil, 2017, p. 495).

Neste contexto, é possível observar que a influência da cultura africana se manifesta em diversas danças, jogos, lutas e brincadeiras tradicionais, permanecendo presentes na cultura brasileira até os dias atuais. Assim, a Educação Física desempenha um papel crucial na área de conhecimento das Linguagens e suas tecnologias, ao proporcionar uma maneira de interpretar a cultura por meio do corpo em movimento. Essa abordagem ultrapassa as barreiras da linguagem falada, ampliando a expressividade humana.

Integração de Práticas Educacionais Antirracistas na Educação Física

A implementação eficaz de práticas educacionais antirracistas na Educação Física requer uma abordagem sistêmica e a conscientização dos educadores. Com frequência, as aulas de Educação Física nas escolas são predominantemente voltadas para o desenvolvimento de habilidades e a explicação de técnicas, especialmente quando o currículo enfatiza a interpretação, explicação e compreensão. Para abordar uma sociedade em que diferenças e desigualdades são evidentes, torna-se crucial adotar um currículo fundamentado em uma reflexão pedagógica abrangente e comprometida com os interesses das camadas populares, tendo como ponto central a constatação, a compreensão, a interpretação e a explicação da realidade social complexa e contraditória (Soares et al., 1992. p.17).

Conforme Cruz (2022) devemos compreender o significado da legislação brasileira sobre educação para as relações raciais como uma forma de denunciar e promover conscientização. A Lei 10.639/03 (Brasil, 2023) e sua regulamentação pelo Conselho Nacional de Educação estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais, incluindo o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, nas escolas da educação básica. Além disso, instituem um plano nacional específico para a implementação dessas diretrizes

Com base nos artigos 26^a e 79b, o Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2004) ampliou e definiu as áreas de abrangência e responsabilidades, além de instruir sobre a implementação dessa legislação em todos os níveis da educação básica e na formação inicial de professores.

Essa mudança na legislação não se refere apenas ao ensino. Trata-se da conexão entre educação democrática e antirracismo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) enfatiza a importância de um princípio educacional fundamental: toda forma de educação democrática deve ser antirracista e, da mesma forma, toda forma de educação antirracista deve ser democrática.

Gonçalves et al. (2020) acredita que a prática educativa fundamentada em um currículo que destaque as questões étnico-raciais ocupa uma posição privilegiada para promover uma educação antirracista e inclusiva. Isso permite desempenhar um papel crucial na quebra do poder da narrativa oficial, que por muitos anos difundiu conhecimentos permeados por preconceitos e estereótipos em relação à cultura e à comunidade afro-brasileira.

Algumas atividades recreativas e jogos originários da África podem ser incorporados como temas de ensino nas aulas de Educação Física escolar. A capoeira destaca-se como um dos elementos centrais, especialmente devido ao seu significativo legado histórico e cultural afro-brasileiro, além de sua contribuição para a prática de exercícios físicos e seu caráter lúdico.

Pomin e Dias (2019) assim como Santos, Bona e Torriglia (2020) destacam a relevância de incorporar as manifestações da cultura corporal do movimento nas aulas de Educação Física escolar. Esse enfoque pode ser particularmente eficaz através da prática da capoeira, uma expressão cultural que resgata a história de luta e resistência dos africanos e afrodescendentes no Brasil.

Maroun (2019) e Pomin e Café (2020) concebem a Educação Física escolar como um cenário crucial para promover diálogos que incentivem a equidade e o respeito, com uma ênfase especial no estímulo à diversidade cultural, buscando vivenciar diversas expressões corporais.

Segundo Bravalheri (2020), integrar a cultura africana de maneira interdisciplinar no ambiente escolar resultará em experiências enriquecedoras para os estudantes, contribuindo assim para a formação de cidadãos mais conscientes. Enquanto as aulas de história oferecem uma visão geral dos povos africanos, a sociologia aprofunda o debate sobre etnia e racismo. Além disso, as disciplinas de arte e Educação Física colaboram na reconstrução de aspectos culturais inerentes ao povo africano, conforme destacado por Bravalheri (2020).

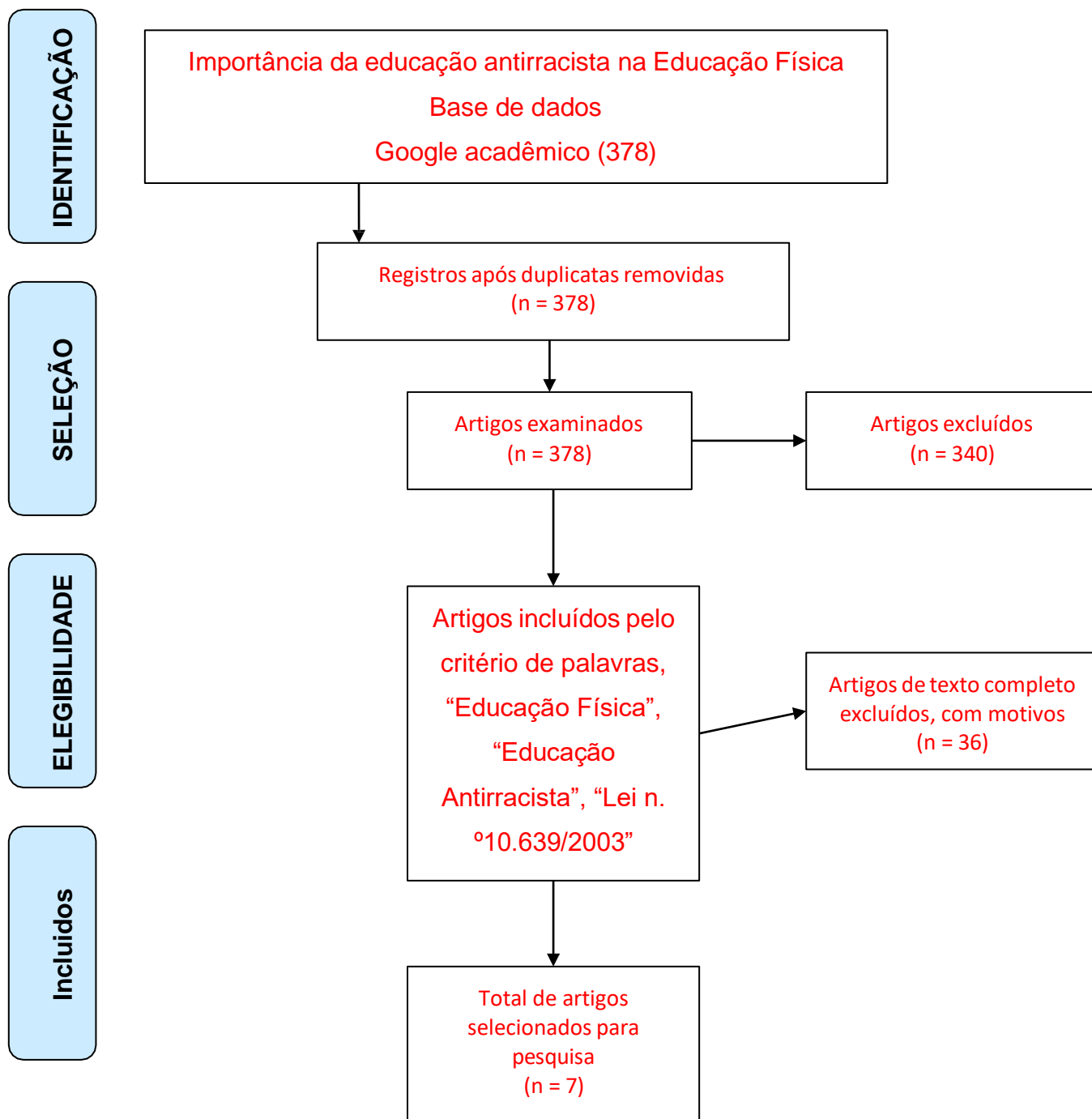
METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo narrativa, a qual permite, liberdade ao tipo de dados a serem utilizados na pesquisa, não tendo restrição quanto a fontes. Segundo Rother (2007, p. 1,): “Os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual”. Para tanto, foi utilizado o que descreve, Estrela, (2018), para embasamento teórico do trabalho. Dessa forma estabeleceu-se a seguinte questão norteadora: Qual a importância de uma educação antirracista e inclusiva dentro da Educação Física?

Diante disto a primeira etapa constitui na delimitação de um tema a ser pesquisado, norteando assim, a construção da revisão narrativa. O seguinte tema elencado foi, a importância de uma educação antirracista e inclusiva da Educação Física. A segunda etapa constituiu-se na escolha dos critérios utilizados para escolha de textos e na delimitação dos autores. A base de dados utilizada foi o google acadêmico. Aos descritores foram escolhidos aqueles que apresentavam um caráter socializador e transformador relacionados à Educação Física e antirracista. Utilizou-se o booleano AND para o agrupamento dos seguintes descritores: Educação Física, Educação Antirracista, Lei n. 10.639/2003. Os critérios de inclusão foram: artigos publicados na língua portuguesa, texto disponível completo e publicados entre 2022 e 2024. Os critérios de exclusão foram artigos indexados repetidamente e os que não atendam ao objetivo da pesquisa.

Foram delimitadas algumas etapas de elegibilidade dos artigos, sendo a primeira delas, uma leitura previa do resumo, a fim de averiguar a relação com o tema, em seguida realizar a leitura completa na íntegra. Partindo deste ponto foram selecionados 7 artigos para leitura e análise, esses os quais citam a educação antirracista dentro da Educação Física.

Figura 1 – Diagrama mostrando as etapas da revisão de bibliografia (fluxograma PRISMA, 2009).



RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Quadro 1 a seguir são apresentadas as principais informações coletadas que identificam os artigos analisados a partir do ano de publicação, autores, título da pesquisa, e principais objetivos

Quadro 1 - principais informações analisadas nos estudos selecionados.

Autor	Ano	Tipo de estudo	Título	Objetivo	Resultados
Negrão	2024	Estudo de caso	BRINCANDO, CONHECENDO E VALORIZANDO A CULTURA DE MATRIZ AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	Os objetivos específicos consistem em analisar os significados construídos sobre a corporeidade (própria e do outro) e sobre a cultura de matriz afro-brasileira, no contexto das práticas pedagógicas lúdicas experimentadas na Educação Infantil e apresentar um produto educacional, no formato de animação infantil, tendo como eixos a corporeidade e a cultura de matriz afro-brasileira.	Conclui-se que a proposta de prática pedagógica na Educação Infantil, a Educação Física em seu aparato contribuiu para a ampliação da compreensão em torno das corporeidades, conscientizando-se sobre o respeito e a valorização das diferenças e da cultura de matriz afro-brasileira
Leão; Pinheiro	2024	Revisão integrativa de literatura	Estética Negra: discussões envolvendo discriminações, exclusões e estratégias de enfrentamento ao racismo.	Presente trabalho tem como objetivo geral investigar a Literatura da área sobre Estética Negra com ênfase no processo de transição capilar, de modo a compreender o papel da Estética Negra nas discussões envolvendo discriminações e exclusões, bem como estratégias de enfrentamento	Os resultados obtidos demonstram que há um profundo entrelaçamento entre. Movimento Negro, Estética Negra, e estratégias de combate ao racismo. As raízes históricas do movimento negro estão diretamente associadas às discussões envolvendo discriminações e exclusões ao reconhecer que a

				ao racismo	Estética Negra vulnerabiliza historicamente o negro a sofrer situações de racismo e tem levado por séculos negros e negras a procurarem processos de branqueamento. Sendo a Educação Física aspecto na promoção da história e cultura afro.
SILVA et al.	2024	Inspiração Fenomenológica	EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA	Compreender e discutir o significado da disciplina Educação Física e Educação das Relações Étnico-Raciais para estudantes do curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Fluminense.	Os resultados indicam que as e os estudantes demonstram: perceber em si a aprendizagem de termos e conceitos; enxergar situações antes não despercebidas e assim adotar posturas diferentes perante contextos de racismo; reconhecer as situações de racismo nas relações cotidianas e problematizá-las; reconhecer a necessidade de valorização das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas na escola.
SILVA et al	2024	Estudo de Caso	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR ANTIRRACISTA: O ENSINO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NEGRO E DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	apontar as formas de promoção de um projeto político que promoveu ações antirracistas nas aulas de	Os referidos módulos possibilitaram aos estudantes negros(as) e não-negros(as) estarem mais próximos das

			NA EDUCAÇÃO BÁSICA	educação física escolar nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio	suas vivências, e enxergarem os saberes adquiridos como potencialidade para o enfrentamento de situações futuras
SERRANO	2023	Dissertação	A educação física na educação de jovens e adultos: por uma educação antirracista	Analisar as consequências da racialidade e sua presença na Educação Física escolar e na Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Difundir a temática com grupos escolares que muitas vezes são esquecidos. Buscou-se aprimorar o conhecimento dos discentes, para que os mesmos não cometam, tampouco sofram com o racismo.
FORMOSO et al	2022	Relato de Experiência	CURRÍCULO CULTURAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UM OLHAR DESCOLONIZADOR	O texto tem como objetivo refletir sobre as contribuições do currículo cultural e da educação antirracista nas aulas da disciplina em questão, tendo como pano de fundo o enfoque descolonial	é possível identificar e refletir sobre a colonialidade ainda existente nos conhecimentos e saberes da Educação Física e como o currículo cultural, numa perspectiva descolonizadora, pode desvelá-la. O estudo avança ao conjugar aportes conceituais de cunho subalterno e pedagogias ancoradas em bases epistemológicas capazes de enfrentar as desigualdades e diferenças no contexto educacional.
REIS et al.	2022	Relato de experiência	A Flor de Ayana: por uma educação antirracista na Educação Infantil	refletir sobre a promoção de uma educação antirracista desde a Educação Infantil.	O referido relato de experiência trouxe à tona a relevância de se debater acerca do racismo desde os primeiros momentos da vida acadêmica,

					afinal, é desde esse primeiro momento que as vítimas de racismo passam a sofrer com essa mazela. Assim, além de fazer toda a sociedade refletir, o referido relato encoraja a promoção de atitudes antirracistas, visando a diminuição da desigualdade e preconceito.
--	--	--	--	--	---

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Com base na análise dos artigos, os dois primeiros apresentam caráter qualitativo, um destacando o impacto da práxis na educação infantil, sendo a Educação Física ferramenta importante para implementação de metodologias antirracista e questões étnico-raciais. Já no segundo são destacados o movimento e a estética negra, tendo como ponto importante a Educação Física na promoção da história e cultura afro. conforme Santos e Pimentel falam (2015, p. 203): “Embora o Brasil seja um país multicultural, há carência de manifestações afro-brasileiras no âmbito da intervenção no lazer”.

Ao observarmos o terceiro artigo, observamos que o texto busca melhor entender a relação entre educação física e questões étnico-raciais para os estudantes do curso de educação física da UFF e, qual a importância de termos essa disciplina na nossa matriz acadêmica. Além disso, foi dada a devida aos casos e situações que os alunos vivenciaram devido a sua etnia, casos estes que refletem na sua vida acadêmica. Desta maneira, o objetivo da pesquisa fora alcançado, afinal, era querido que o senso crítico dos discente fosse lapidado. Lapidar o aprendizado sobre a causa passa a ajudar no combate ao racismo dentro e fora das escolas.

No quarto artigo, fora requisitados relatos de professores que atuam em instituições de ensino que perpetram situações de preconceito. A principal ênfase foi analisar as relações étnicos sociais das instituições e buscar promover uma perspectiva menos racista nas instituições. Ficou evidente no referido estudo o quão

importante é difundir a referida política de ensino, para que o racismo de fato se atenuem no seio escolar.

O quinto artigo traz consigo uma maior abrangência do estudo, afinal, foca na educação antirracista para jovens e adultos. O referido estudo pauta o debate acerca da temática nas instituições de ensino supletivo – EJA, instituições estas que traz uma modalidade de ensino destinada ao público que não completou, abandonou ou não teve acesso à educação formal na idade apropriada. É um fato que, pessoas que se encontram nessa situação, sofrem bastante preconceito, logo, o estudo tornou-se pertinente para esta pesquisa. Mixar ambos os temas torna-se pertinente, afinal, é recomendável trabalhar a referida temática de maneira que seja eficaz para todos os meios sociais possíveis.

Observando os dois últimos textos, vê-se que ambos são relatos de experiência, nestes, percebe-se que a colonialidade ainda perpetua no nosso meio de ensino, e deixam marcas extremamente doloridas para quem sofre devido ao ele. Trazer uma perspectiva descolonizadora para o seio educacional, principalmente para a Educação Física, disciplina que pauta seus objetivos também na socialização das pessoas, torna-se de extrema valia para uma sociedade mais racional, justa e humanitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou analisar a importância da educação antirracista dentro da Educação Física, destacando aspectos como, a promoção e interação da cultura e história afro brasileira e indígena, como apresentado no primeiro artigo analisado, a sua implementação na infância ocasionando na ampliação da compreensão em torno das corporeidades, conscientizando-se sobre o respeito e a valorização das diferenças e da cultura de matriz afro-brasileira.

No entanto, percebe-se que ainda existem barreiras a serem enfrentadas, dentre elas, o racismo estrutural perpetuando até os dias atuais, conforme Moraes e Santos (2019) situam a importância de uma abordagem educacional que reforce a identidade de jovens negros, por meios de atividades destinadas a apagar imagens potencialmente negativas visto que os alunos afrodescendentes possam ter de si mesmo e em relação ao mundo.

Foi notado a necessidade das abordagens e estudos voltados a esta temática, visando fornecer informações já existentes e contribuir futuramente no aprimoramento da prática. A importância de se realizar pesquisas contantes na área buscando a eficácia da implementação da Lei n. º10.639/2003 (Brasil, 2003), além de fortalecer o combate ao racismo, afinal conforme Ferreira (2012) a educação antirracista é aquela capaz de combater toda e qualquer forma de racismo dentro da escola e comunidade, reconhecendo e valorizando as diversidades culturais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

APPLE, M. W. **Ideologia e currículo.** São Paulo, Brasiliense, 1982-a.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 jul. 2024.

BRASIL. Lei 10.639/2003. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. **Parecer CNE/CP n.º 3/2004** - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

BRAVALHERI, R. de S. Cultura africana numa perspectiva interdisciplinar: Educação Física na cultura corporal de movimento. **Motrivivência**, (Florianópolis), v. 32, n. 63, p. 01–22, julho/dezembro, 2020.

CAVALLEIRO, E.S. (org.). **Racismo e Anti-racismo na educação:** repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CRUZ, R. **Educação antirracista e a prática docente.** João Pessoa: UFP, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica.

ESTRELA, C. (2018). Metodologia Científica: Ciência, Ensino, Pesquisa. Editora Artes Médicas.

FERREIRA, A. de J. **Educação antirracista e práticas em sala de aula:** uma questão de formação de professores. Cuiabá: UEPG, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FORMOSO, Felipe Guaraciaba; SOUZA, Bianca Viana Santos; SANTOS, Lucia Bispo. **CURRÍCULO CULTURAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UM OLHAR DESCOLONIZADOR.** RJ, Revista do departamento de Educação Física, v6, n.1, p. 1-17 julho 2022

GADOTTI, M. **Pensamento pedagógico brasileiro.** São Paulo. Ática, 1987

MAROUN, K. Jongo e educação física escolar: tecendo caminhos para o (re) conhecimento de comunidades quilombolas no ensino básico. **Cadernos de Formação RBCE**, v. 10, n. 1, p. 94–105, mar. 2019.

MORAIS, R. F.; SANTOS, A. C. F. dos. A importância de um currículo com elementos afro centrados para a constituição de uma visão epistemológica menos euro centrada. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 9, n. 4, p. 66 –94, Out/Dez 2019.

PÉREZ-GÓMEZ, A. I. Os processos de ensino e aprendizagem: análise didática das principais teorias de aprendizagem. In: GIMENO SACRISTÁN, J.; PÉREZ-GÓMEZ, A. I. (Orgs.). **Compreender e transformar o ensino** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 24-51.

POMIN, F.; CAFÉ, L. S. Educação para as relações étnico-raciais na Educação Física para além da capoeira. **Motrivivência**, (Florianópolis), v. 32, n. 63, p. 01–23, julho/dezembro, 2020.

POMIN, F.; DIAS, L. R. Educação das relações étnico-raciais em aulas de educação física: uma abordagem conceitual. **Revista Olhares**, Guarulhos, v. 7, n. 1, p. 81–94, maio/2019.

REIS, D.; DOS REIS, F. L. C.; DOS SANTOS, R. C.; **Flor de Ayana: por uma educação antirracista na Educação Infantil**. DF, Revista Com Censo, v. 9, n.1, p. 98 – 102, março 2022

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019.

RIPPER, J. **PIA–Primeira infância Antirracista - Práticas para o desenvolvimento infantil pleno de crianças negras e indígenas**. Brasil: UNICEF, 2023. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pia?gclid=CjwKCAiA9dGqBhAqEiwAmRpTC4SnilbAKiS8CI4UmFM4z5LD3LEtEltO2GQORuKoeljaRoGU2PwM_xoCi5EQAvD_BwE. Acesso: 15 de novembro de 2023. São Paulo/Brasília, Cortez/UNICEF, 1997.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi , jun. 2007.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SANTOS, K. B. dos; BONA, B. C. De; TORRIGLIA, P. L. A cultura afro-brasileira e a dança na Educação Física escolar. **Motrivivência**, (Florianópolis), v. 32, n. 62, p. 01–20, abril/junho, 2020.

SANTOS, S; PIMENTEL, G. G. de A. **Manifestações afro-brasileiras e educação emancipatória para o lazer**. **Pensar a Prática**, v. 18, n. 1, p. 203 - 211, jan./mar. 2015. Disponível em: Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/31228> Acesso em: 26 mar. 2019

SERRANO, L. H. de R. **A educação física na educação de jovens e adultos: por uma educação antirracista.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo – Rio de Janeiro, 2023.

SILVA, I. C. de C.; ALMEIDA, L. M. F.; CORDEIRO, L. L. de B.; VENÂNCIO, L.; NETO, L. S. **Educação física escolar antirracista: o ensino do patrimônio cultural negro e das relações étnico-raciais na educação básica.** Revista da ABPN, v. 18, n. 46, abril 2024.

SILVA, M. T.; FOGANHOLI, C., RAIMUNDO, A. C.; TERRA, D. V. **Educação das relações étnico-raciais na licenciatura em educação física.** Cadernos Cajuína, v.9, n.1, p 1 – 17, 2024.